



Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1652 | 15 A 20 DE FEVEREIRO DE 2021



#MeuBBValeMais

BANCÁRIOS MANTÉM ESTADO DE GREVE E INTENSIFICAM MOBILIZAÇÕES CONTRA O DESMONTA DO BB



Na última semana, os bancários realizaram manifestações e plenárias e debateram a recusa do BB em negociar e dar informações sobre a reestruturação (págs. 3 e 4)

Caixa renova acordo de CVV com as entidades sindicais (pág; 5)

O que significa e a quem interessa a autonomia do Banco Central (pág. 8)

ATAQUES AOS BANCOS PÚBLICOS PODE CONDENAR MILHÕES À MISÉRIA

O Governo Federal quer destruir Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES e acabar com financiamento à economia. Atendendo aos apelos do mercado financeiro, leva adiante seu plano de esvaziar os bancos públicos, vender suas subsidiárias e prepará-los para a privatização.

O governo Bolsonaro ataca diariamente as instituições e seus funcionários, demitindo e desmotivando aqueles que dedicam/dedicaram toda a sua vida de trabalho para atender à população e fornecer crédito para a produção e geração de emprego e renda, ajudando a produzir alimentos, produtos e serviços.

Apesar dos ataques do governo, os bancos públicos são eficientes, geram lucro e pagam dividendos ao Tesouro Nacional. Em 2019, os três maiores bancos públicos (BB, Caixa e BNDES) lucraram R\$ 57 bilhões e pagaram, ao governo, R\$ 18,2 bilhões em dividendos. Dinheiro suficiente para cobrir o valor gasto com o programa Bolsa Família, que beneficia 8,3 milhões de famílias, e um total de cerca de 25 milhões de pessoas.

Além disso, o Banco do Brasil, em específico, é responsável por quase 60% de todo o crédito agrícola. Financia os pequenos agricultores da agricultura familiar, responsável pela produção de 70% de todos os alimentos consumidos pelos brasileiros. Financia também o agronegócio, responsável por 43% das exportações brasileiras em 2019. O Brasil se tornou um dos dois maiores produtores de alimentos do mundo, graças ao apoio que o BB dá a este segmento desde a sua fundação.

Além disso, o sonho da casa própria das famílias brasileiras somente é possível graças à Caixa Econômica Federal e o BB. Juntos, eles respondem por quase 80% de todo o crédito imobiliário às famílias brasileiras. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste esse percentual chega a quase 100%. Sem BB e Caixa, haveria uma explosão de favelas nas grandes cidades brasileiras.

BNDES, BB e Caixa emprestam a longo prazo e foram os grandes responsáveis por financiar obras de infraestrutura, como hidrelétricas, geração de energia eólica, metrô, corredores de ônibus, aeroportos, portos, modernização de estradas. Sem esses bancos, apagões como o de 2001 e o do Amapá em 2020 seriam uma constante. Os bancos privados emprestam a juros altíssimos e no curto prazo, em busca de lucro imediato.

Os bancos públicos são responsáveis por mais de 80% de todo o crédito concedido nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. Os bancos privados concentram suas atividades principalmente em São Paulo, aprofundando desigualdades regionais.

Sem levar em conta qualquer uma dessas premissas, o governo tem se mostrado contra os servidores, espalham informações falsas e deturpadas para prejudicar a imagem das empresas públicas e de seus funcionários, querendo colocar a sociedade contra os servidores afirmando que eles têm uma série de privilégios, o que não é verdade.

Se o governo acabar com os bancos públicos, o Estado perderá um instrumento poderoso de incentivo à economia. Ao tentar destruir os bancos públicos, o atual governo pode comprometer a capacidade de recuperação da economia pós-pandemia, dificultar a geração de empregos e, por consequência, condenar milhões de brasileiros à miséria.



Carlos Eduardo,
Presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101



[bancariosce](https://www.youtube.com/bancariosce)

Site: www.bancariosce.org.br – E-mail: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho
Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

BANCO DO BRASIL

BANCÁRIOS DO CEARÁ PROTESTAM CONTRA REESTRUTURAÇÃO DO BB



O Sindicato dos Bancários do Ceará realizou na manhã de quarta-feira, 10/2, uma manifestação contra o processo de reestruturação no Banco do Brasil. A mobilização aconteceu no Centro de Fortaleza, em frente à agência Praça do Carmo, reunindo direção e funcionários que mostraram sua indignação contra a desinformação sobre o processo de desmonte do BB. Os funcionários aprovaram em assembleia o estado de greve.

Essa é a segunda grande manifestação contra a reestruturação do Banco do Brasil realizada pelo Sindicato, além de plenárias virtuais, assembleias e reuniões nas agências. A entidade também procurou o Ministério Público para solicitar à direção do banco mais informações sobre o processo, já que o BB não enviou nada de concreto para o Sindicato, mesmo após várias solicitações.

O que se sabe até o momento, através da população e dos próprios funcionários atingidos pela reestruturação é que fecharão as agências de Santana do Cariri, Juaci Sampaio/Caucaia, Aerolândia (Fortaleza), Empresa Parque-lândia (Fortaleza), Av. Barão de Studart (Fortaleza), Alto Santo, São João do Jaguaribe e Itaiçaba e as agências de Orós, Cambéba (Fortaleza), Aiuaba, Catarina e Irauçuba irão virar postos de atendimento. Segundo levantamento do Sindicato, somente nessas localidades, cerca de 150 mil pessoas, entre clientes e população em geral, serão atingidas.

“O movimento sindical está indignado com o total descomprometimento da direção do BB que se nega a dar informações



sobre o processo. O que nós queremos é negociar. Valorizamos o processo negocial e queremos que o banco suspenda a reestruturação enquanto durar essa negociação. Aprovamos o estado de greve e vamos manter a nossa mobilização forte e coesa. Não vamos permitir que o governo destrua o Banco do Brasil”

Carlos Eduardo, presidente do Sindicato e da Fetrafi/NE

“A importância da construção dessa mobilização é para discutir os direitos dos caixas executivos,



contra o fechamento das agências, mas também para conscientizar a população dos efeitos nocivos da privatização do BB. O Sindicato vem atuando para conscientizar a população sobre o papel das estatais durante a pandemia, onde o BB, a Caixa, o SUS, o Instituto Butantan, FioCruz, todos tiveram papéis de extrema relevância”

Roger Medeiros, diretor do Sindicato e funcionário do BB



“O fechamento de agências afeta diretamente a economia de diversas localidades, pois sem uma agência do BB, as pessoas acabam se deslocando para outro município causando inúmeros prejuízos para a economia local
José Eduardo Marinho, diretor do Sindicato e funcionário do BB



“Durante a pandemia foram as empresas públicas que socorreram a população, sobretudo a mais carente. O SUS, a Caixa, o BB, os institutos de pesquisa científica, todos tiveram papel preponderante, o que justifica nossa atuação em defesa do patrimônio público”
Clécio Morse, diretor do Sindicato e funcionário do Santander

FUNCIONÁRIOS DO BB REALIZAM NOVA PLENÁRIA DE MOBILIZAÇÃO CONTRA PROCESSO DE DESMORTE

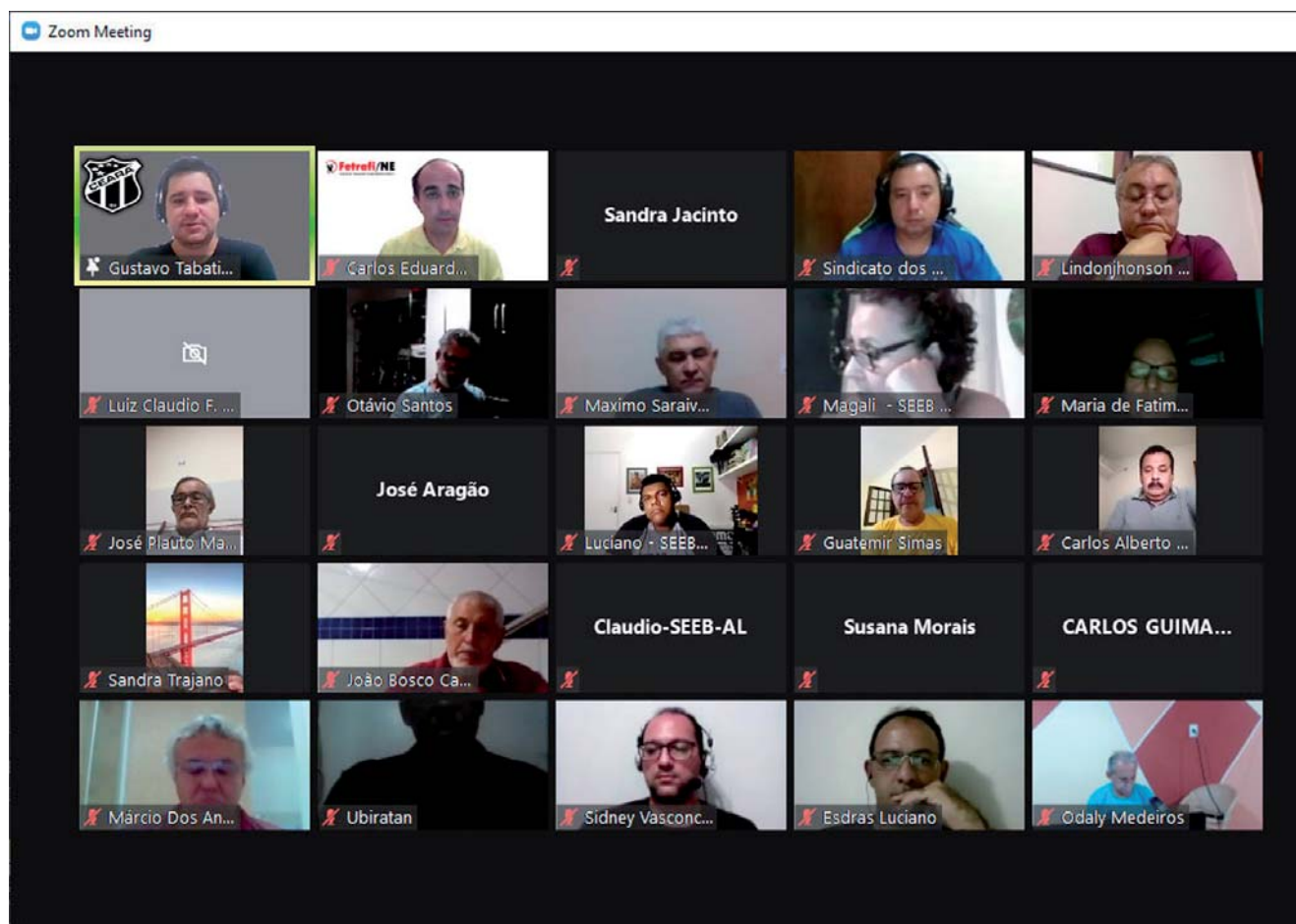
Os funcionários do Banco do Brasil no Nordeste se reuniram dia 11/2, em mais uma plenária virtual, para debater as estratégias de mobilização contra o processo de reestruturação do banco.

Os bancários foram unânimes em afirmar que é preciso intensificar a mobilização, levar o debate da defesa do BB para toda a sociedade, mostrando para a população os prejuízos com o desmonte de Banco do Brasil.

O presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará e da Fetrafi/NE, Carlos Eduardo, destacou que, desde o anúncio da reestruturação, dia 11/1, os bancários vêm

buscando abrir um canal de diálogo com a direção do banco, sem sucesso. Ele destacou ainda que as informações que as entidades sindicais têm até o momento foram repassadas pela população ou pelos próprios funcionários atingidos pelo processo. "A mediação com o MPT foi frustrante. Nós temos procurado a negociação, mas o BB apenas tem colocado seu posicionamento. Queremos esclarecimentos sobre as situações dos caixas executivos, sobre as agências que serão fechadas, sobre as que irão virar postos de atendimento. Mas até agora, o banco não nos repassou nada", disse.

As entidades seguem orientando que os bancários que tiverem dúvidas devem procurar o Sindicato para que



a entidade analise a sua situação. O departamento jurídico do Sindicato está disponível de segunda a sexta, das 9h às 15h, através do telefone 85 3252 4266 ou pelo e-mail: juridico@bancariosce.org.br.

"Precisamos construir a unidade, fortalecer nossa mobilização, mostrar a importância dos bancos públicos para o desenvolvimento do país e no enfrentamento à pandemia, dialogar com a sociedade. Esse é nosso objetivo e assim vamos evitar o desmonte do BB", concluiu Carlos Eduardo.

No próximo dia 18/2, haverá nova plenária dos funcionários e no dia 19/2, o Comando Nacional dos Bancários fará nova avaliação do movimento e indicará novas estratégias de luta.

LUCRO – O BB registrou lucro líquido de R\$ 13,9 bilhões em 2020, segundo balanço divulgado dia 11/2. Isso representa queda de 22% em relação ao lucro obtido em 2019. As receitas com a prestação de serviços cresceram 1,5% em relação ao terceiro trimestre, impulsionadas pelas linhas de administração de fundos (+3,8%) e pelas tarifas de conta corrente (+2,3%). Em 2020, no entanto, houve redução de 1,7%. Ao desconsiderar as provisões, o resultado estrutural do BB cresceu 5,9% em 2020, somando R\$ 42,4 bilhões. Segundo o banco, o desempenho foi influenciado pelo crescimento de 5,1% na margem financeira bruta, pelo controle de gastos administrativos e pela redução na linha de risco legal.

EMPREGADOS DA CAIXA ASSINAM A RENOVAÇÃO DO ACORDO DA CCV

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) assinou, dia 9/2, a minuta do acordo da Comissão de Conciliação Voluntária (CCV). Depois de várias reivindicações, a Caixa fez a renovação do acordo que estava vencido desde 31 de dezembro de 2020, conforme indicação no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Os empregados que precisam fazer a conciliação, já podem procurar o Sindicato para fazer a solicitação através do telefone 85 3252 4266. O novo acordo tem vigência até 31 de dezembro de 2022.

Com o fim da Campanha Nacional dos Bancários de 2020, os movimentos sindicais e entidades representativas dos empregados da Caixa têm cobrado a renovação da CCV. Segundo a coordenadora da CEE/Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt, essa é uma conquista para a manutenção dos direitos dos empregados Caixa. “A CCV é mais um instrumento importante para os empregados reivindicarem seus direitos, principalmente neste momento após o PDV que aconteceu na Caixa. A Comissão resolveu os impasses com a Caixa e, desta forma, conseguimos fazer a renovação do acordo”, ressaltou Fabiana.

O presidente da Fenae, Sergio Takemoto, também destacou a renovação da CCV como uma importante manutenção dos direitos dos empregados. “O CCV permite que as demandas dos empregados sejam definidas sem a necessidade de uma ação judicial. Além disso, o empregado poderá ter o acompanhamento direto das entidades sindicais e tomar a melhor decisão”, afirmou.

A renovação do acordo permitirá as entidades sindicais instituir ou manterem a CCV. Os sindicatos que manifestarem interesse na instalação deverão fazer por meio do Termo de Adesão. A composição é paritária, com dois integrantes da Caixa e dois membros indicados pelo sindicato. As sessões conciliatórias serão realizadas preferencialmente por meio de videoconferência. Esta foi uma solicitação dos empregados, principalmente devido à pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19). Caso o sindicato ou o empregado achar necessário, a sessão presencial também poderá ser feita.

EMPREGADOS FAZEM AUDIÊNCIA COM MPT SOBRE PERSEGUIÇÃO DURANTE REESTRUTURAÇÃO DA CAIXA

“Essa audiência foi importante para informarmos ao Ministério Público sobre as transferências arbitrárias que a Caixa tem feito. Não houve um aviso formal da Caixa comunicando sobre a medida e não houve tempo razoável para que os empregados pudessem entender o que estava acontecendo. E a medida gerou pânico e insegurança entre os trabalhadores. Por isso, nós estamos cobrando esse posicionamento da Caixa”
Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e vice-presidente da Fenae



A Fenae e a Contraf-CUT realizaram, dia 8/2, a primeira audiência com o Ministério Público do Trabalho sobre a perseguição aos empregados que está acontecendo na Caixa por todo o país, por meio da reestruturação imposta pela gestão do banco. Participaram da reunião o vice-presidente da Fenae, Marcos Saraiva, e a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), Fabiana Uehara Proscholdt, além de três representantes da Caixa.

No encontro com o procurador do trabalho, os representantes dos empregados informaram sobre as mudanças injustificadas que vêm sendo impostas pela gestão do banco, sem planejamento. A coordenadora da CEE, explicou que as perseguições estavam sendo feitas no país todo. “Falamos sobre algumas denúncias de perseguições que recebemos de empregados. São medidas discriminatórias que vêm sendo tomadas na questão da realocação dos trabalhadores incorporados e aposentados ou pró-

ximo à aposentadoria”, destacou.

Fabiana ressaltou que os representantes dos empregados reconhecem a necessidade do reforço para as agências, mas é preciso dialogar com os trabalhadores e dar transparência às ações. “A Caixa precisa respeitar os empregados e informar as mudanças para todos que serão atingidos. Além disso, nós temos um Acordo Coletivo que prevê a negociação com os trabalhadores antes de mudanças como essas. E não fomos informados sobre isso”, avaliou.

Segundo o vice-presidente da Fenae, Marcos Saraiva, a Federação e a Contraf têm cobrado um posicionamento da Caixa quanto a transferência arbitrária dos empregados.

Em defesa, a Caixa reafirmou que não estava havendo reestruturação e destacou que foi uma medida para reforçar algumas áreas em decorrência da pandemia da Covid-19.

O procurador do trabalho deu um prazo de 30 dias para que a Caixa apresente as informações solicitadas para então definir os desdobramentos.

BANCÁRIOS PRECISAM SER INCLUÍDOS NOS GRUPOS PRIORITÁRIOS DA VACINAÇÃO

O Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgou dia 9/2 um guia técnico destinado a procuradores da instituição, em que defende que trabalhadores que se recusarem a se vacinar contra a Covid-19 possam ser dispensados por justa causa. O MPT afirma que, no caso de demissão, o interesse coletivo se sobrepõe aos interesses individuais, conforme determina a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No documento, a instituição lista normas brasileiras sobre saúde e segurança no trabalho para demonstrar que o objetivo da vacinação é garantir o direito fundamental à vida e à saúde do trabalhador. Além disso, o MPT usa como argumento a favor da demissão a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o Estado pode impor sanções a quem não se vacinar, como multa, impedimento de matrículas, entre outras. Para a instituição, a demissão por justa causa poderia funcionar como uma dessas medidas, desde que seguidas as regras previstas na CLT.

A decisão é mais uma prova da importância da vacina para toda a população brasileira. O movimento sindical bancário defende um consistente plano de vacinação, com regras claras, baseada em requisitos científicos, e no qual as prioridades



sejam estipuladas dentro de critérios epidemiológicos. Nesse sentido, o Comando Nacional dos Bancários luta para que os bancários, como categoria essencial e que tem potencial alto de transmissibilidade do vírus, sejam incluídos na fila de prioridades. Os bancários não querem furar a fila, mas querem que a categoria tenha um nível de prioridade pela característica da atividade.

A reivindicação do Comando Nacional ganhou mais força com a defesa do recém eleito primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), uma vez que esses trabalhadores estariam em contato com milhões de pessoas. A informação é da coluna Paineis, da Folha de S. Paulo, publicada na edição de 8/2. “Não tem como negar que os bancários que trabalham na

ponta, especialmente os da Caixa Econômica Federal, correm risco por causa do contato diário com milhares, até mesmo milhões, de pessoas”, disse Marcelo Ramos. Ainda segundo a Folha, o parlamentar pediu à “associação dos bancários” um levantamento sobre o número de bancários que seriam beneficiados.

No entanto, todo esse esforço não bastará, se não tiver vacina disponível para todos. Essa é outra frente de luta para exigir que o governo federal se agilize, cumpra com sua responsabilidade e compre vacinas suficientes para vacinar a todos. Enquanto a vacina e a imunização da população não acontecem, precisamos continuar nos cuidando e cuidando dos outros com as diversas medidas indicadas: higienização; máscaras, distanciamento e, quem puder, fique em casa; para evitar aglomeração. Ainda mais com essa nova onda que se mostra mais agressiva.

CONTRAF REPUDIA PRÁTICAS ANTISSINDICAIS NO SANTANDER

O Santander está atacando a organização da categoria bancária. Dirigentes sindicais estão sendo perseguidos com advertências e suspensões, com justificativas frágeis e desproporcionais ao peso das punições, e já chegou a demitir dirigentes sindicais, prática que não é comum em qualquer outra instituição bancária. Diante disso, a Contraf-CUT divulgou nota de repúdio contra a prática do banco:

NOTA DE REPÚDIO AO BANCO SANTANDER BRASIL

São Paulo, 11 de fevereiro de 2021.

O Banco Santander (Brasil) S/A iniciou uma campanha agressiva de perseguição política a parte dos seus funcionários (dirigentes sindicais, cipeiros e funcionários com estabilidade previdenciária).

No final de 2020, o banco modificou unilateralmente o contrato de trabalho de mais de 40 trabalhadores em todo o Brasil que detinham ação trabalhista, onde se reclama a descaracterização de cargo de confiança e, por consequência, o pagamento da sétima e oitava horas, laboradas, diariamente, como extras.

A referida alteração do contrato de trabalho resultou, de forma abrupta e violenta, em importante redução dos salários de tais trabalhadores(as), chegando a 55% de sua renda, causando-lhes prejuízos à preservação da própria subsistência.

Valendo-se de subterfúgios juridicamente desprezíveis, a intenção do banco não foi outra a não ser a de perseguir os(as) trabalhadores(as), punindo-os (as) severamente, por exercerem o direito constitucional de ação.

No caso, específico dos dirigentes sindicais e cipeiros, que exercem mandato de representação, vislumbra-se, também a pretensão de cercear o pleno exercício do mandato sindical dos (as) trabalhadores (as), violando o direito à liberdade sindical, constitucionalmente assegurada, igualmente, garantida por inúmeras convenções da Organização Internacional do Trabalho, além de decisões do seu Comitê de Liberdade Sindical.

O Banco Santander também tem aplicado advertências e suspensões de dirigentes sindicais, em situações que não se justifica a penalidade, a não ser a configuração de perseguição política. Chama a atenção as demissões arbitrárias de dirigentes, que mesmo após sentença judicial, determinando a imediata reintegração, o banco protela por semanas o cumprimento das decisões, desrespeitando assim, não só os trabalhadores, mas também as entidades sindicais, a legalidade e o judiciário. Uma afronta a sociedade brasileira.

Por estas razões, sucintamente aqui expostas, manifestamos nosso REPÚDIO à atitude inconstitucional e inconveniente do Banco Santander (Brasil) S/A.

FUNCIONÁRIOS DO SANTANDER APROVAM ACORDO DO BANCO DE HORAS



A proposta de compensação de horas não trabalhadas em decorrência da pandemia foi aprovada por 94,86% dos empregados do banco Santander que participaram da assembleia eletrônica realizada por sindicatos de todo o país na terça-feira (9/2).

Inicialmente prevista para janeiro, a nova data indicativa para o início da compensação é março. A data, porém, está condicionada a uma nova análise das condições da pandemia, com a possibilidade de nova prorrogação. Com a aprovação da proposta, os trabalhadores terão 18 meses para fazer a compensação das horas, sendo vetado desconto em folha de pagamento até encerrado este prazo. Em caso de demissão sem justa causa ou aposentadoria, também é vetado o desconto das horas não compensadas.

O acordo traz um pouco de tranquilidade para os trabalhadores que têm banco de horas negativas. O acordo anterior previa o início da compensação em janeiro. Mas, com o prolongamento do período de pandemia, foi necessário negociar a nova data de início, além de ampliar o prazo para compensação.

RESUMO DA PROPOSTA

- Início da compensação será adiado de janeiro para março, com a possibilidade de nova prorrogação a depender do cenário da pandemia;
- Ampliação do prazo de compensação de 12 para 18 meses;
- Vetado desconto em folha de pagamento até encerrado o prazo de 18 meses para compensação;
- Em caso de demissão sem justa causa ou aposentadoria, é vetado o desconto das horas negativas não compensadas.

MERCADO ASSUME POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou dia 10/2 o texto-base do projeto que prevê autonomia para o Banco Central. Sem discussões nas comissões e nenhum debate com a sociedade, a votação ocorreu um dia após ter sido aprovada a urgência do projeto.

“Essa autonomia coloca nas mãos do mercado financeiro os destinos da política econômica brasileira. É uma afronta à democracia porque a população elege seus governantes para tocar a economia do país. Com a aprovação do projeto, será o mercado financeiro que definirá os destinos do Brasil na economia. Isso afeta a oferta de emprego, inflação, câmbio e todo funcionamento da máquina econômica do país. É tudo que o mercado quer: um Banco Central que atenda unicamente a seus interesses”, afirmou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira.

O Banco Central autoriza as instituições financeiras a funcionar, tendo a função de fiscalizá-las. Caso não existisse ou não fosse uma entidade com essa força, poderia haver excessos por parte dos bancos, por exemplo.



Também é responsável por controlar a inflação e pela regulamentação e supervisão de todo o Sistema Financeiro Nacional. Isso significa que toda ação ou decisão tomada pelo Banco Central afeta diretamente as relações financeiras, influenciando em fatores como negociações, investimentos, moedas estrangeiras, crédito e preços.

“O Banco Central é responsável por garantir que a economia brasilei-

ra fique estável, regulando o sistema financeiro e mantendo o poder de compra da moeda do país, o Real. Mas, os trabalhadores e a população pobre têm uma visão de estabilidade e os ricos e o mercado têm outra, completamente diferente. Agora, com o Banco Central ficando nas mãos do mercado, vai prevalecer a estabilidade dos ricos, em prejuízo dos mais pobres”, avalia Juvandia Moreira.

Vacinação de idosos

Fortaleza começou dia 10/2 a vacinar idosos que não possuem carro particular em um drive-thru. Para isso, um programa do Governo do Ceará e da Prefeitura de Fortaleza contratou 200 veículos, sendo 100 táxis e 100 do Uber, para transportar as pessoas. Serão atendidos idosos a partir de 80 anos cadastrados na plataforma Vacine Já. A pessoa deve aguardar o recebimento de uma mensagem por e-mail ou celular convocando para a vacinação. No chamado, há o local e horário de aplicação da vacina de cada pessoa. O serviço deverá ser solicitado por meio do telefone 156. Conforme a Prefeitura de Fortaleza, a prioridade da vacinação em drive-thru ocorre porque é um sistema seguro e que evita aglomeração de pessoas.

Trabalho sem jornada e salário fixo

- A abertura de mais de 142 mil empregos com carteira assinada no ano passado, em período de crise econômica, foi puxada pela contratação de empregados na modalidade de trabalho intermitente, que não prevê jornada e salário fixos. Esse tipo de contrato representou mais da metade das vagas geradas em 2020.
- Foram mais de 73,1 mil no formato intermitente. Isso representa uma explosão no peso dessas contratações no país. Os setores que mais contrataram pelo modelo intermitente foram serviços e indústria. Segundo o Dieese, o contrato intermitente gera uma renda baixa ao trabalhador e, em 2019, um em cada cinco desses vínculos não foi acionado no ano, ou seja, o empregado não recebeu salário já que não trabalhou.

Uso de máscaras

- Usar duas máscaras ao mesmo tempo, sendo uma cirúrgica e outra de pano, pode reduzir o risco de transmissão da covid-19 em 95%. A conclusão é de um estudo realizado pelo CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças), órgão regulador do sistema de saúde dos Estados Unidos. A combinação cria um ajuste mais apertado ao redor do rosto e ajuda a evitar que partículas potencialmente infecciosas escapem. O CDC reforça que enquanto a pandemia for uma realidade, as máscaras devem ser aliadas ao distanciamento social como alternativas eficazes contra a infecção pelo vírus.